



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

11/09/2018

INDICE

1. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	3 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	6
3.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7 - 9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	11 - 12
5.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13
5.3. PRESIDÊNCIA.....	14
5.4. VARA CRIMINAL.....	15

Ação do MPMA leva a condenação da Caema por cobrança irregular em Bom Jardim



Fachada da sede do Ministério Público em Bom Jardim

Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a

Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar co-

branças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto. Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis,

Diego Rolim, Procurador do município de Alto Alegre, informou que já foi protocolada uma denúncia junto ao Ministério Público para identificar o responsável por ordenar a prática dos crimes ambientais. A Secretaria de Meio Ambiente decidiu interditar o terreno por três anos, a empresa Pelicano disse que todos os itens do acordo firmado com a Prefeitura estão sendo cumpridos e que aguarda apenas a autorização do dono do terrenos e da Prefeitura para iniciar o processo de



Mantas asfálticas abandonadas no terreno

recuperação da área. Em terreno são de responsabilidade da empresa Pelicano e que vai acompanhar todo o processo.

Chamas do Descaso: Nossa Memória

*Osmar Gomes dos Santos**

Não é preciso ser um especialista para detectar que algo vai mal em nosso país quando o assunto é cultura. Os 200 anos de história do Museu Nacional que viraram pó na noite do último domingo revelam algo que vai muito além do simples acaso. Não se pode culpar o destino pela perda de um acervo que de tão valioso não se pode traduzir em cifras. Em poucos minutos, o fogo tomou conta de todo prédio, levando algumas horas para por fim a uma rica parte de nossa memória.

Em um esforço sistemático, praticamente em vão, dezenas de bombeiros se mobilizaram para combater as chamas, trabalho que seguiu madrugada adentro. Já naquele momento as evidências do descaso com a manutenção do prédio começavam a ficar evidentes: faltou água para apagar as chamas. Bombeiros com mangueiras secas nas mãos, apenas torcendo, como se pedissem para uma gota d'água cair do céu. Paradoxo entre teoria e prática denota o abismo que havia entre a concepção da importância do museu e a forma concreta como ele era tratado.

Nem mesmo o riquíssimo acervo, tido como referência por pesquisadores do mundo inteiro, foi capaz de sensibilizar as autoridades brasileiras – notadamente as federais – para o estado de deterioração que se encontrava o Museu Nacional. Muito se fala sobre o sistema antifogo, uma medida que certamente teria evitado ou diminuído os efeitos da tragédia. Mas como pensar em algo tão moderno quando faltava o básico, como água nos hidrantes e uma brigada de incêndio?

O que se vê, pós-tragédia, são discursos inflamados que servem apenas para trocas de acusações, o velho jeito brasileiro de buscar culpados. A palavra de ordem era tirar dos próprios ombros a responsabilidade, aquela que ninguém se propôs a assumir. Essa é uma postura que não contribui para que o pouco que sobrou renasça e um novo caminho para a nossa cultura e a pesquisa seja traçado. E como não poderia deixar de ser, o tema entrou na agenda eleitoral, inclusive de

candidatos que sequer pronunciavam a palavra “cultura”. Demagogia? Oportunismo?

Fato é que o drama vivido naquela noite de terror vinha sendo anunciado há tempos. Paredes que testemunharam momentos que entraram para nossa história, como a chegada da Família Real ao Brasil, a assinatura do nosso Decreto de Independência, o nascimento de Dom Pedro II até sua coroação. Quantos segredos do Brasil Império não foram velados por aqueles corpulentos paredões, que nos últimos anos resumiam-se a assistir a deterioração que só o abandono é capaz de causar?

As condições eram precárias. Espaços interditados em razão da degradação. Beirais sem sustentação, paredes que pareciam estar se dissolvendo, cupim, vaquinha para recuperação de alguns poucos espaços, fechamentos, reaberturas, resistência. Essas cenas compuseram os capítulos finais de uma trama que, diferentemente da teledramaturgia, não teve um final feliz.

O acervo era único, não havia cópias. Peças da antiguidade remontavam a maior coleção egípcia na América Latina. Artefatos pré-colombianos e fósseis que serviam de pesquisas que vinham ajudando a montar o quebra-cabeça da nossa evolução. Mais de 20 milhões de itens ligados às artes, ciências, história dos quais pouco restou. A já pífia verba, de R\$ 520 mil por ano para manutenção, sequer era repassada em sua integralidade desde 2014. Este ano o museu havia recebido apenas R\$ 54.

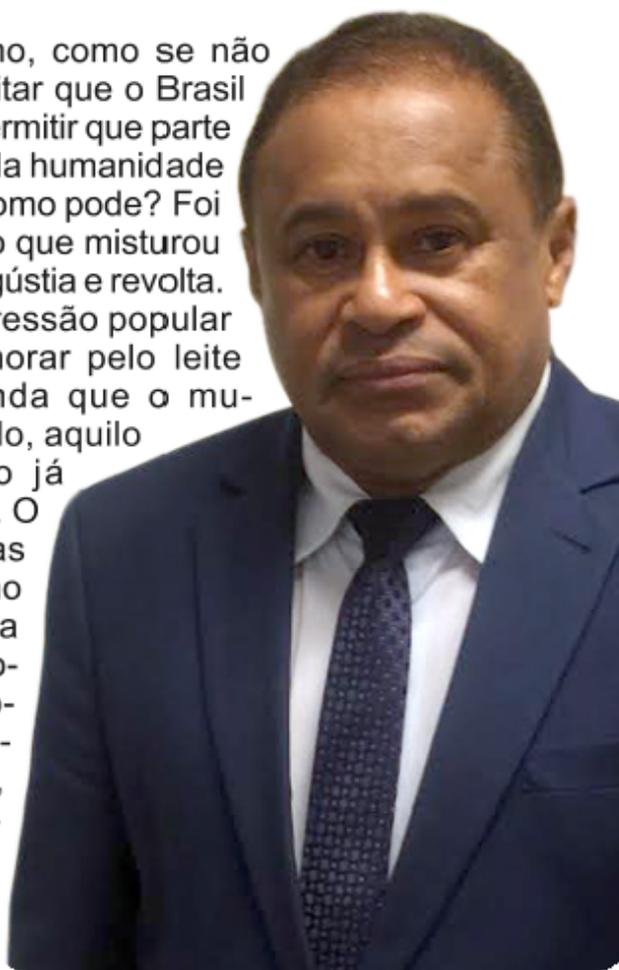
Para efeitos de comparação, o Museu Britânico – equivalente na Inglaterra – recebe cerca de 100 milhões de libras, mais de R\$ 400 milhões, por ano para sua manutenção. O montante é resultado de uma gestão eficiente e do somatório de esforços da Parceria Público-Privado, algo que no Brasil anda mal das pernas, iniciativa corroída pela corrupção. A forma como a Inglaterra e tantos outros países cuidam de sua memória está ligada a uma administração pública eficiente e à valorização desses espaços pela própria população.

O mundo chorou com o Brasil, mas também cobrou. E a cobrança foi pesada. A repercussão mundial foi imediata e na mesma proporção do nosso descaso. Manifestações de várias partes do mundo que misturavam críticas com uma

dose de ceticismo, como se não quisessem acreditar que o Brasil fosse capaz de permitir que parte da sua história e da humanidade virasse cinzas. Como pode? Foi o questionamento que misturou solidariedade, angústia e revolta.

Como na expressão popular “não se pode chorar pelo leite derramado”. Ainda que o museu seja reerguido, aquilo que foi perdido já não mais voltará. O ressurgimento das cinzas – tal como a ave fênix – fica guardado à mitologia grega, não podendo, neste plano, infelizmente, ganhar concretude. Lições para a vida costumam vir com a dor. E esta certamente passará a fazer parte da nossa memória, um trocadilho fora de hora, mas necessário.

Cabe, agora aprender com essa lição. O sentimento de consternação deve permanecer vivo para que dele possam surgir ações concretas para valorização e preservação da nossa rica cultura na mesma proporção de sua importância. Parte da história se foi, fica, portanto, o alerta para aquela outra parte que ainda agoniza – composta por museus, centros de estudos e pesquisas, conjuntos arquitetônicos – sobreviva ao descaso agudo de governos sustentados na hipocrisia e gestores descomprometidos. Quem assume o poder e/ou a gestão se obriga com valores como educação, saúde, cultura e bem estar da população e o que constitui obrigação não deve servir para exaltação.





De volta à advocacia

O advogado e juiz aposentado, Sidney Ramos, se prepara para voltar à cena jurídica. Depois de ter passado quase 20 anos como juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão até a aposentadoria em 2017, Ramos anuncia a inauguração para o próximo dia 20 do escritório SR Advocacia e Consultoria, no Executive Lake Center, no Renascença. O jurista levará toda a sua experiência profissional para o exercício da advocacia onde também já militou entre os anos de 1984 e 1992.

Poluição via satélite

Ponto de lançamento de esgoto *in natura* na orla de São Luís aparece em imagens de satélite do Google Earth. Chamado “Língua Negra”, problema é visto na Ilhinha, além da Litorânea. **CIDADES 1**



Imagem do programa Google Earth mostra “Língua Negra”, com esgoto *in natura* escoando em pontos da orla de São Luís; problema foi denunciado por O Estado em 2015, na Avenida Litorânea

Programa na internet identifica lançamento de esgoto em SL

Localizado no bairro Ilhinha, o ponto de lançamento irregular de efluentes foi identificado por meio do Google Earth; situação acarreta uma série de problemas que podem atingir o meio ambiente, a sociedade e a economia

Lançamento irregular de esgoto *in natura* no litoral de São Luís pode ser percebido com auxílio de aplicativos de mapeamento via satélite. Além da conhecida “Língua Negra”, na Avenida Litorânea, denunciada por **O Estado** pela primeira vez em agosto de 2015, novamente em 2016 e mais uma vez este ano, um novo ponto localizado no bairro Ilhinha foi identificado pelo programa Google Earth, que permite visualização atualizada de todo o planeta.

A tecnologia proporciona diversas ferramentas que facilitam a rotina. Por meio de satélites, é possível visualizar todo o planeta sem sair de casa. Dessa maneira, denúncias de crimes ambientais podem ser feitas mais rapidamente. Utilizando o Google Earth, **O Estado** identificou mais um ponto de lançamento de esgoto *in natura* em uma área de mangue. Localizado na Ilhinha, bairro conhecido pela ocupação irregular, o esgoto provém dessas moradias e é despejado diretamente no mar.

Problema em ETES

A problemática chama a atenção de especialistas, que evidenciam riscos à saúde pública e ao meio am-

biente. Segundo Isabel Fontes, gestora ambiental, a situação é resultado de problemas em Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

“Apesar de muitos bairros da cidade contarem com rede de esgoto, não há estações de tratamento suficientes e em algumas áreas nem existe esse serviço. Então, o esgoto acaba sendo lançado diretamente nos cursos d’água. Onde há, as ETES atuam com um sistema que não oferece o resultado necessário e não trata os resíduos adequadamente”, explicou.

Para Isabel Fontes, o mangue é um ambiente rico em biodiversidade e nutrientes, responsável por alimentar muitas espécies, e favorecer condições reprodutivas, principalmente para os crustáceos, como os caranguejos, o que acarreta uma série de problemas que podem atingir o meio ambiente, a sociedade e a economia locais.

“A intensa oferta de material orgânico oriundo dos esgotos despejados nesses locais é superior ao suportável pela flora e fauna daquele ambiente, o que resulta em mortandade de espécies e perdas na qualidade do ambiente, que, por sua vez, é fonte de renda para a população adjacente”, ressaltou.

Relembre

Apesar do perigo, não é a primeira vez que esgotos irregulares viram notícia na capital. Em agosto de 2015, após a circulação de vídeos e imagens nas redes sociais, **O Estado** esteve na praia do Calhau, onde, próximo ao parquinho, uma enorme mancha conhecida como “Língua Negra” desembocava no mar. O mau cheiro e a coloração escura chamaram a atenção de quem passava pelo ponto de lançamento de esgoto. Na ocasião, a Caema atribuiu o problema a uma falha de equipamentos na estação elevatória situada no bairro Cohajap.

A Caema afirmou ainda que o problema havia sido solucionado. No entanto, a situação vem se repetindo constantemente e em pontos diferentes. Entre as praias do Caolho e Olho d’Água, na estação elevatória da Caema, **O Estado** registrou, no dia 26 de agosto, mais um ponto de lançamento de efluentes que assustava visitantes e locais que buscavam lazer na orla de São Luís. Em março de 2016 e janeiro deste ano, mais uma vez a Língua Negra foi verificada no mesmo local.

A Caema informou que todas as ETES estão em correto funciona-

mento, tratando todo o volume que chega até elas. A Companhia esclarece que a Vara de Interesses Difusos e Coletivos tem realizado vistorias nas ETES de São Luís. Em relação ao esgoto da Avenida Ferreira Gullar na Ilhinha, a Caema informa que enviou equipe ao local para checagem da denúncia em questão. ●

Reprodução/Google Earth



LÍNGUA NEGRA
na Ilhina, pelo
Google Earth;
programa capta
imagem via
satélite

Bate Rebate

REFORÇO



O projeto do pré-candidato à presidência da OAB-MA, Mozart Baldez, ganhou mais um reforço. O advogado Justino Costa Lemos, declarou apoio ao colega durante reunião realizada na manhã desta segunda-feira (10), durante encontro dos dois na Livraria do Loiro, no Fórum do Calhau, em São Luís.

Cururupu

Comunidade de Portinho recebe mutirão de serviços nesta terça

A comarca de Cururupu realiza nesta terça-feira (11) a quinta edição do projeto “Justiça Itinerante”, levando atendimentos e serviços de cidadania à comunidade do Povoado de Portinho, localizado no Município de Serrano do Maranhão - Termo Judiciário da Comarca de Cururupu - encerrando, assim, a primeira programação semestral do projeto. O objetivo do projeto é facilitar o acesso à Justiça e fomentar a cidadania em

comunidades da zona rural da região do município de Cururupu, levando atendimento e serviços judiciais e extrajudiciais aos moradores das localidades. Os postos de atendimento têm competência jurisdicional para conciliar, processar e julgar causas cíveis de menor complexidade, assim entendidas aquelas cujo valor não exceda a 40 salários-mínimos, assim como causas relativas a direito de família. Os postos também

vão oferecer, por meio dos parceiros institucionais, serviços como Registro Civil, Identidade, Título de Eleitor, Casamento, Serviços de Saúde, Serviços Odontológicos, atendimento do INSS, dentre outros.

Este ano, o projeto já realizou cinco edições, que beneficiaram as comunidades de Serrano do Maranhão (19 de abril); Aquiles Lisboa (17 de maio); Ilha de Guajerutiua (15 de junho) e Tapera de Baixo (23 de agosto).

Comarcas de Carutapera e Cândido Mendes passam a funcionar com processo eletrônico

As comarcas de Carutapera e Cândido Mendes passam a receber e processar, a partir dessa segunda-feira (10), 23 tipos de classes judiciais de âmbito cível, exclusivamente de forma eletrônica, por meio do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe). A implantação está prevista no cronograma de expansão do PJe, disposto na Portaria Conjunta nº 10/2018, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

De acordo com a Portaria Conjunta, a tramitação judicial sem uso do papel alcançará 31

comarcas de entrância inicial no segundo semestre de 2018, compreendendo as classes processuais cível e comércio; recuperação de empresas; registros públicos; arbitragem; família e casamento; interdição: tutela, curatela e ausência; sucessões: inventário, partilhas, arrolamentos e alvarás; fazendas públicas Estadual e Municipal, inclusive execução fiscal; improbidade administrativa; ação acidentária (ações do Art. 129, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991); saúde pública; meio ambiente; fundações; interesses difusos e coletivos; interesses individuais homogêneos e individuais indisponíveis; improbidade administrativa,

ambiental e urbanística; medidas de proteção de interesse de idoso; medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha); infância e juventude – Seção Cível e Administrativa; causas de acidente de trânsito de menor complexidade; causas cíveis de menor complexidade; causas das relações de consumo de menor complexidade; cartas precatórias e cartas de ordem das competências listadas nos itens anteriores. Ainda este ano, passam a atuar com o processo eletrônico as comarcas de Penalva; Vitória do Mearim; Pio XII; Olho d'Água das Cunhãs; Esperantinópolis; Igarapé Grande; Cururupu; Mirinzal; Tutoia; Santa Quitéria e Arame.

Sobe/Desce

Sobe

O Fórum Desembargador Sarney Costa, sede da Comarca de São Luís, comemora este mês 30 anos de atividades. A data será celebrada com uma exposição que mostra a história do órgão a partir da sua instalação no bairro do Calhau, sede definitiva. A cerimônia de abertura da exposição será nesta terça-feira (11), às 9h, na Galeria de Arte, localizada no hall do prédio, com a presença de desembargadores, juízes, servidores e convidados, além de magistrados e servidores aposentados.

- O tradicional desfile escolar em comemoração aos 196 anos da Independência do Brasil, na cidade de Vitorino Freire, marcou a celebração da democracia com uma homenagem ao presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, à juíza da Comarca Josane Araújo Farias Braga, e à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia.

Vitorino Freire 1ª Vara vai realizar júris nos dias 19 e 27 de setembro

A 1ª Vara de Vitorino Freire vai realizar duas sessões do Tribunal do Júri nos dias 18 e 27 de setembro. Os julgamentos, que estavam designados para estas terça-feira (11) e quarta-feira (12) foram redesignados para as datas citadas. Os réus serão Marcos dos Santos (18) e Reginaldo Silva dos Santos (27) e os julgamentos serão presididos pelo juiz titular Rômulo Lago. Os dois homens são acusados de prática de crime de homicídio, tendo como vítimas Willian Mateus Castro da Silva e Mariano Ferreira Lima, respectivamente.

Sobre o primeiro julgamento, consta no inquérito que no dia 10 de fevereiro de 2016, durante as festas carnavalescas na Avenida Wilson Branco, em Vitorino Freire, o acusado teria atingido Willian com um golpe de faca. O motivo seria uma rixa entre os dois, haja vista que dias antes eles haviam se desentendido. A vítima foi levada ao hospital mas, devido à gravidade do ferimento, veio a falecer. Em depoimento, Marcos dos Santos, conhecido na cidade pelo apelido de "Socó", negou a autoria do delito.

De acordo com a denúncia do segundo caso, Reginaldo Silva está sob acusação de ter praticado homicídio duplamente qualificado contra a vítima Mariano Ferreira, fato ocorrido em 4 de outubro de 2014, no Povoado São Domingos, localidade de Brejo de Areia, termo judiciário de Vitorino Freire. No dia dos fatos, a vítima foi até o povoado acompanhado do filho Jeová Alves Lima. Quando estavam em uma residência, o acusado teria chegado, estacionado o carro na porta e descido portando uma pistola, ocasião em que foi avistado por Jeová.

Reginaldo teria dito a Jeová que o mataria naquele momento. Ato contínuo, as pessoas que estavam na sala saíram correndo, instante em que Mariano foi alvejado com um disparo nas costas. Mariano foi socorrido e levado ao hospital, tendo falecido no dia seguinte. O motivo do acontecido, segundo o acusado teria dito no inquérito policial, seria vingança. Reginaldo disse que, em 2001, Jeová teria tentado contra a sua vida, na cidade de Santa Luzia do Tide. Jeová teria efetuado disparos contra Reginaldo durante uma festa.